



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

LEI Nº 1011/2001

“Autoriza o Município de Lajinha celebrar convênio para transferência de recursos com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A.- BDMG, e dá outras providências”

A Câmara Municipal de Lajinha, Minas Gerais, por seus Vereadores aprovou a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Executivo do Município de Lajinha – MG, autorizado a celebrar com o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais S.A. – BDMG, convênios para a transferência de recursos, até o montante de R\$331.500,00 (trezentos e trinta e um mil e quinhentos reais), destinados ao financiamento dos estudos, projetos, implantação de obras e ações complementares no âmbito do Programa de Investimentos do Estado de Minas Gerais, com recursos do Fundo para o Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização – FRD.

Art. 2º - Fica o Município autorizado a:

- a) aceitar o foro de Belo Horizonte para dirimir quaisquer controvérsias decorrentes da execução dos convênios;
- b) participar e assinar convênios aditivos e termos que possibilitem a execução da presente lei;
- c) aceitar todas as condições estabelecidas pelas normas do Programa de Investimentos do Estado de Minas Gerais aplicáveis à época da assinatura dos convênios, especialmente, quanto ao reembolso dos recursos utilizados, acrescidos de multa de 10% (dez por cento) ao ano, na hipótese de não cumprimento das obrigações pactuadas;
- d) abrir conta bancária vinculada ao convênio, no Banco (ver nota), destinada a centralizar a movimentação dos recursos decorrentes do convênio.

Art. 3º - Os orçamentos municipais consignarão, obrigatoriamente, as dotações necessárias à execução do convênio.

Art. 4º - Fica o Chefe do Executivo autorizado a abrir créditos especiais ou suplementares, se necessário, destinados a fazer face a pagamentos de obrigações decorrentes das operações ora autorizadas e que se vençam neste exercício, e, ainda, abrir crédito especial no valor total em caso de inexistência de dotações orçamentárias próprias, para assegurar a realização do programa autorizado nesta lei.

Art. 5º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, inclusive a Lei Municipal 945/2000.



CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA

GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAJINHA,
ESTADO DE MINAS GERAIS, AOS CINCO DIAS DO MÊS DE SETEMBRO DO
ANO DOIS MIL E UM. (05-09-2001)

Ver. JOSÉ AFONSO FERREIRA

Presidente da Câmara

Sancionada pelo Sr. Prefeito Municipal em 10-09-2001, conforme cópia arquivada em pasta própria.

Lúcia Maria Miguel Morais
At. Legislativo